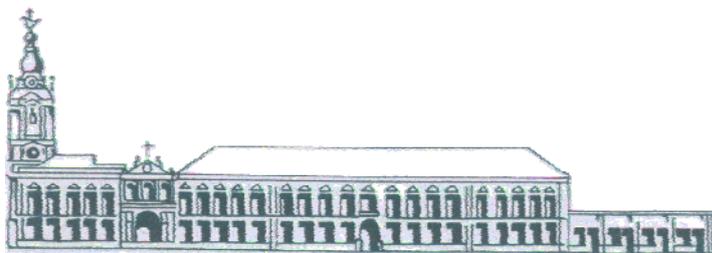

MNE - Orçamento para 2010



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Departamento Geral de Administração

Fevereiro 2010

ÍNDICE

I.	Linhas de Acção Política	1
II.	Despesa Consolidada	8
III.	Orçamento Global	10
III. 1.	Orçamento de Funcionamento	10
III. 2.	PIDDAC	18
IV.	Evolução das Despesas do MNE	22
IV. 1.	Funcionamento	22
IV. 2.	PIDDAC	24
V.	Rede Externa	25
VI.	Recursos Humanos	27

I. LINHAS DE ACÇÃO POLÍTICA

Em 2010, Portugal manterá uma participação activa nas instituições e organizações internacionais que integra valorizando substancialmente as suas relações históricas fora do espaço europeu, designadamente com os países da Ásia, África e América Latina.

No âmbito multilateral, caberá destacar a promoção da candidatura de Portugal a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para 2011-2012, bem como a realização da Cimeira da NATO, em Lisboa, a primeira que Portugal organiza em 60 anos de participação na Aliança Atlântica, na qual será aprovado o novo Conceito Estratégico. Portugal continuará a participar activamente em missões e operações de paz, das Nações Unidas, em operações da OTAN e em missões civis e militares no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da UE (PCSD).

Portugal exerce ainda até Julho de 2010, a Presidência da CPLP centrada na projecção internacional da língua portuguesa. Neste âmbito, realizaremos, antes da Cimeira de Luanda, com o Governo Brasileiro, no Brasil, uma Conferência Internacional sobre o futuro da língua portuguesa e uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, para analisar propostas sobre as estratégias de promoção e de difusão do ensino da língua portuguesa.

No plano bilateral, continuaremos em 2010 o aprofundamento das relações com os países de língua portuguesa e diversificaremos ainda mais as nossas relações com outros países da África Subsaariana, tendo por base os PALOP, alguns países da América Latina bem como os países do sudeste asiático.

O apoio à internacionalização da economia, mobilizando a acção política e diplomática para este fim, será uma prioridade do MNE durante o ano de 2010.

Lançaremos em 2010 uma estratégia de reforço das nossas relações com a Ásia, aproveitando o início de um ciclo de celebrações que se prolongará pelos próximos anos.

Em 2010, Portugal iniciará uma divulgação de relevo na China, salientando-se duas acções particularmente significativas para o País: a participação na Exposição Xangai 2010 e o Ano de Portugal na China, em 2011. De destacar ainda a celebração dos 150

anos do Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre Portugal e o Japão e a celebração do 50.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas com a Coreia do Sul, em 2011.

Continuaremos a acompanhar o desenvolvimento do programa da “Aliança das Civilizações” e daremos ao longo de 2010 apoio directo a algumas iniciativas.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de Dezembro de 2009, Portugal empenhar-se-á em responder aos desafios colocados pelas alterações introduzidas na PESC e na PCSD.

Portugal participará activamente nos trabalhos das Presidências espanhola e belga, e contribuirá para o desenvolvimento das relações externas da UE. Será, ainda, reforçada a posição nacional nos debates multilaterais, procurando assegurar, de uma forma transversal, a promoção do género e da sustentabilidade ambiental e económica nos principais fóruns internacionais.

Com o objectivo de valorizar o posicionamento externo de Portugal, a estratégia a prosseguir em 2009 traduz-se nas seguintes linhas de acção:

1. Portugal na Construção Europeia

Em 2010, prosseguirá o trabalho de implementação do Tratado de Lisboa e a adaptação às alterações introduzidas. Portugal continuará a participar activamente neste trabalho, nomeadamente no que respeita ao Serviço Europeu para a Acção Externa. Portugal procurará, igualmente, contribuir para o efectivo reforço do papel dos parlamentos nacionais na actividade da UE. Será, ainda, dada especial atenção à comemoração dos 25 anos de adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias.

O período de 2010-2013, será marcado, em toda a UE, pela aplicação, logo que oportuno, de estratégias credíveis de saída da crise, combinadas com a aplicação de programas de consolidação orçamental que permitam o regresso a uma situação de crescimento sustentado. Portugal participará activamente neste objectivo, sendo de destacar a intervenção nas seguintes áreas: negociação do Quadro Financeiro Plurianual pós-2013; decisão e implementação da nova Estratégia UE 2020, visando a competitividade das PME; aplicação das regras do mercado interno; debate sobre a

Política de Coesão Económica, Social e Territorial e a Política Agrícola Comum após 2013, e reforma da Política Comum de Pescas. Portugal será também chamado a participar na construção do futuro do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

Deverá também promover-se uma maior aproximação dos cidadãos à UE, através do reforço das acções de informação, de formação e de animação pedagógica..

No plano das relações externas, Portugal deverá empenhar-se, particularmente, na preparação e participação nas cimeiras previstas, de 2010 em diante: União para o Mediterrâneo (UpM), Cimeiras com os países latino-americanos (Cimeira UE-ALC), com os países asiáticos (Cimeira UE-ASEM), mas também UE-Rússia, EUA, China, Índia, Brasil, Ucrânia e Canadá.

Prosseguirão as negociações do acordo com a Líbia, a par das negociações relativas ao alargamento da cobertura, aos serviços e produtos agrícolas, dos actuais Acordos de Associação com os demais países mediterrânicos.

Portugal continuará a participar nas negociações da futura adesão da Croácia e da Turquia, acompanhando também a eventual abertura de negociações com a Antiga República Jugoslava da Macedónia e o desenrolar dos pedidos de adesão do Montenegro, da Albânia e da Islândia.

Será dada especial atenção às relações com Espanha, destacando-se a continuação dos trabalhos em matéria de cooperação transfronteiriça. Nos próximos quatro anos, deverão continuar a realizar-se as cimeiras anuais bilaterais com Espanha e com França.

2. Internacionalização da Economia Portuguesa

Em 2010, prosseguirá o esforço de intensificação das acções de apoio à internacionalização da economia portuguesa. Estas acções assumirão a forma de visitas, bem como de acções de apoio à internacionalização das empresas portuguesas, para promoção da imagem de Portugal como território de eleição para o Investimento Directo Estrangeiro (IDE), como país produtor de bens e serviços de qualidade e de elevada incorporação tecnológica para exportação, e como destino turístico de excelência. A participação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

nas estruturas recentemente criadas para a promoção da internacionalização da economia portuguesa será, neste sentido, uma prioridade.

As estruturas consulares serão progressivamente mobilizadas para o apoio à internacionalização da economia portuguesa, associando, para tal, os portugueses residentes no estrangeiro. Particular atenção continuará a ser dada ao aprofundamento das relações com os nossos principais fornecedores energéticos, prosseguindo o esforço de redução do desequilíbrio comercial com os países do Conselho Coordenador do Golfo, do Norte de África e do Golfo da Guiné.

3. Valorização das Comunidades Portuguesas

Em 2010, prosseguirá a modernização das estruturas da rede consular, visando uma melhoria do atendimento público, através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com o objectivo de que os consulados possam funcionar com a tipologia Loja do Cidadão.

Será ainda promovida a implementação do regulamento do Visa Information System, a participação na definição do Regulamento do Código dos Vistos, e a harmonização das práticas relativas à emissão de Vistos Schengen ao nível dos postos da UE. Estas três medidas marcam a cooperação na definição das políticas direccionadas para o enquadramento das migrações, designadamente na relação da Europa com países terceiros.

4. Política Cultural Externa

Em 2010, pretende-se ampliar a oferta do ensino da língua e da cultura portuguesa. Será dado relevo à promoção internacional da língua portuguesa, designadamente a partir do espaço da CPLP.

Em 2010, o Instituto Camões promoverá a continuidade e sustentabilidade do investimento neste domínio, e passará a gerir o ensino pré-escolar, básico e secundário no contexto externo, por via da transferência desse pelouro do Ministério da Educação (ME). Nesse âmbito, prosseguirá a promoção internacional da língua

portuguesa, através do ensino, formação de formadores e sua introdução e expansão junto dos organismos internacionais, no âmbito do recém-criado Fundo da Língua Portuguesa.

No domínio da cultura, irão ser promovidas actividades ligadas à comemoração da chegada dos portugueses ao Oriente e outras efemérides como o Ano de Portugal na China (2011).

Destaca-se ainda a participação do Instituto Camões na presidência da European National Institutes for Culture, contribuindo para a visibilidade de Portugal junto da UE e das instituições europeias congéneres que promovem a divulgação da cultura dos respectivos países.

5. Política de Cooperação

A cooperação portuguesa, enquanto vector estratégico da política externa, tem contribuído para a visibilidade de Portugal, através de uma activa participação, no espaço europeu e multilateral, para o debate sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O Governo pretende aproximar-se das metas europeias em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), estabelecendo 0,34% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) como meta para 2010, de modo a cumprir-se o rácio de 0,7% do RNB em 2015.

Na vertente bilateral, a melhoria dos procedimentos e mecanismos de gestão e execução permitiu desenvolver uma cooperação com os parceiros prioritários, sendo assinados Programas Indicativos de Cooperação (PIC), que têm a duração de mínima de três anos.

Em 2010, serão concretizadas acções previstas na RCM n.º 196/2005, de 22 de Dezembro, com especial destaque para o programa INOV-Mundus, destinado à qualificação e inserção profissional de jovens licenciados que pretendem desenvolver a sua actividade profissional na área da cooperação para o desenvolvimento; a consolidação do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento e o reforço de *clusters* de cooperação em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.

Em 2010, terminam os PIC de Portugal com Timor-Leste, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, pelo que será necessário articular um novo ciclo de programação plurianual da cooperação portuguesa. A promoção do desenvolvimento económico através da interligação entre linhas de crédito de apoio às empresas portuguesas e o investimento em sectores definidos como prioritários nos PIC será consolidada, em particular através da articulação entre a SOFID, o IPAD e o MFAP.

A cooperação portuguesa será também, em 2010, alvo de avaliação pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, fundamental para projectar a imagem de Portugal como país doador, através da análise do modo de fazer cooperação de acordo com os compromissos internacionais.

O Fundo da Língua Portuguesa (FLP) contribuirá para reforçar o papel de Portugal no mundo, valorizando a língua portuguesa como factor de modernidade e desenvolvimento. O FLP irá ainda permitir (i) o combate à pobreza através da educação, em especial nos países de língua portuguesa, onde a sua aprendizagem constitui o ponto de partida para o cumprimento do ODM de universalização da escolaridade primária, e (ii) a valorização e difusão da língua portuguesa no Mundo, enquanto património linguístico.

6. Plano Bilateral e Multilateral

Em 2010, o Governo dará prioridade ao aprofundamento das relações com os países de língua portuguesa e aos países com os quais se mantém um sistema anual de cimeiras bilaterais, para além dos nossos aliados europeus e EUA.

No plano bilateral, intensificar-se-á o diálogo com países de África, da América Latina e da Ásia, explorando especiais laços de relacionamento histórico e cultural e estimulando o desenvolvimento das relações económicas e comerciais. Dar-se-á, ainda, particular atenção às relações com as regiões da África Austral e do Golfo Pérsico, tendo em conta as dinâmicas de integração que conhecem.

Por último, salientam-se os seguintes eventos: cimeiras com países do Magrebe, designadamente Argélia, que terão lugar em Portugal, Marrocos e Tunísia; realização da I Cimeira com Cabo Verde; reuniões semestrais da Comissão Bilateral Permanente

com os EUA; IV Comissão Bilateral Permanente com o Brasil; VIII Cimeira da CPLP em Luanda; XI Cimeira Luso-Brasileira; XX Cimeira Ibero-Americana; Comemorações do Bicentenário do Chile; celebração dos 150 anos do Tratado de Paz, Amizade e Comércio entre Portugal e o Japão; preparação do ano de Portugal na China em 2011, e outras celebrações de efemérides relativas à chegada dos portugueses à Ásia e encontros bilaterais com a Rússia e com a Ucrânia.

7. Missões, Manutenção da Paz e da Segurança Internacional

Em 2010, prosseguirá a promoção dos interesses nacionais em várias instâncias, com destaque para a NATO e para a PCSD, nomeadamente para os contingentes nacionais destacados em missões e operações de paz, bem como o reforço do acompanhamento de matérias relacionadas com a arquitectura de segurança euro-atlântica, incluindo as temáticas do desarmamento, não-proliferação e controlo do armamento convencional e químico através do acompanhamento dos processos legislativos conducentes à ratificação do Protocolo V à Convenção sobre Certas Armas Convencionais.

8. Reestruturação do Ministério

Em 2010, será reavaliada a possibilidade de actualização da rede de representação externa, para além de ser dada continuidade aos trabalhos de reforma do estatuto das carreiras do pessoal diplomático e respectivo Regulamento.

O MNE prosseguirá com as acções de modernização e informatização dos serviços, a concretizar, designadamente, no investimento no desenvolvimento de sistemas aplicativos estruturantes visando a desmaterialização e simplificação de processos. Por outro lado, será dada prioridade à reforma da gestão dos recursos afectos aos serviços externos do MNE, com relevância para a modernização e eficiência dos sistemas de transmissão de informação de gestão entre os serviços externos e os serviços centrais.

II. DESPESA CONSOLIDADA

O total das disponibilidades financeiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano 2010, o que corresponde à despesa consolidada, ascende a 406,2 milhões de euros, representando 0,7% do total da despesa da Administração Central e 0,2% do Produto Interno Bruto.

Áreas de Despesa	Orç. Inicial	Execução	Unid.: 10 ⁸ Euro Orçamento	Δ %	
	2009 (1)	2009 (2)	2010 (3)	Orç.Inic. 2009/ Orç.2010 (4)	Exec.2009/ Orç.2010 (5)
Gabinetes dos Membros do Governo	4,2	4,9	4,8	12,7%	-1,6%
Serviços Gerais Apoio, Estudos, Coord. e Representação	206,3	199,7	217,9	5,6%	9,1%
Cooperação e Relações Externas, das quais:	106,2	105,9	145,3	36,8%	37,1%
Dotações Específicas	50,0	53,7	55,0	10,0%	2,5%
TOTAL DESPESAS FUNCIONAMENTO (Sem DCR's)	316,7	310,5	368,0	16,2%	18,5%
Dotações com Compensação em Receita	5,4	27,8	5,9	9,1%	-78,8%
TOTAL DESPESAS FUNCIONAMENTO	322,1	338,3	373,9	16,1%	10,5%
Investimento do Plano	14,8	8,6	14,4	-2,3%	67,1%
Financiamento nacional	14,6	8,6	13,9	-5,1%	60,8%
Financiamento comunitário	0,1	0,0	0,5	348,4%	0,0%
TOTAL SUBSECTOR ESTADO	336,9	346,9	388,3	15,3%	11,9%
Organismos Autónomos	19,7	22,3	66,7	238,4%	199,5%
Transferências Internas	2,6	10,9	48,8	1752,1%	349,1%
TOTAL CONSOLIDADO	354,0	358,3	406,2	14,7%	13,3%

Obs.:

Execução 2009 - Dados a 31.12.2009

Transferências Internas contemplam: 1) Transferências entre subsectores - 5,8 M€ - relativas a transferências entre FRI e Secretaria-Geral (Funcionamento e PIDDAC), Cimeiras e Reuniões Ministeriais (Cimeira Ibero-Americana) e Acções Diplomáticas Extraordinárias (Expo Xangai 2010); 2) Transferências dentro do mesmo subsector - 5,1 M€ - referentes à transferência do IPAD para o Fundo da Língua Portuguesa (FLP) e correspondentes à execução do FLP.

A despesa consolidada (Funcionamento e PIDDAC) para 2010, apresenta um acréscimo de 13,3% (+ 47,9 milhões €) face à despesa de 2009. Para esta variação concorrem fundamentalmente o aumento da despesa da Cooperação e Relações Externas (+ 39,4 milhões €, que reflecte sobretudo os encargos correspondentes às atribuições do Instituto Camões no âmbito do ensino português no estrangeiro), dos Serviços Gerais de Apoio, Estudos, Coordenação e Representação (+ 18,2 milhões €), e do financiamento nacional do PIDDAC (+ 5,8 milhões €, correspondendo essencialmente aos projectos financiados através da transferência de verbas do Fundo para as Relações Internacionais).

As despesas com compensação em receita de 2009 incluem a aplicação em despesa de parte do saldo do IPAD com vista à transferência para o Fundo da Língua

Portuguesa, no montante de 6,8 milhões de €, tendo o Fundo da Língua Portuguesa registado em 2009 uma execução orçamental de 5,1 milhões de €.

III. ORÇAMENTO GLOBAL

III. 1. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de 373,86 milhões de euros, dos quais 367,96 milhões de euros provêm do Orçamento do Estado e 5,89 milhões de euros de dotações com compensação em receita.

	Execução 2009	Unid.: 10 ⁶ Euro Orçamento 2010
Cap. 01 - Gabinetes dos Membros do Governo	4,86	4,78
Gab. Ministro Estado e dos Negócios Estrangeiros	2,06	2,00
Gab. Secretário Estado Negócios Estrangeiros e Cooperação	0,90	0,90
Gab. Secretário Estado dos Assuntos Europeus	0,73	0,78
Gab. Secretário Estado das Comunidades Portuguesas	1,17	1,10
Cap. 02 - Serv. Gerais Apoio, Estudos, Coorden. e Repres.	199,73	217,91
Secretaria Geral	165,59	162,02
Secretaria Geral - Sistema de Mobilidade Interna	0,12	0,13
Direcção-Geral de Política Externa	0,00	3,41
Inspeção-Geral Diplomática e Consular	0,00	0,63
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus	0,00	6,08
Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos	0,00	1,41
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas	0,00	6,34
Embaixadas, Consulados e Missões	29,85	32,68
Visitas de Estado e Equiparadas	4,18	5,20
Cap. 03 - Cooperação e Relações Externas	105,93	145,27
Inst. Português Apoio Desenvolvimento	38,58	42,27
Instituto Camões	12,90	45,15
Comissão Nacional da UNESCO	0,50	0,55
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	53,66	55,00
Ações Diplom. Extraord.	0,01	2,25
Cimeiras e Reuniões Ministeriais	0,28	0,05
SUB-TOTAL MNE (Sem DCR's)	310,52	367,96
Desp.Comp. Em Receita (DCR's)	27,79	5,89
TOTAL MNE	338,31	373,86

De referir que, do montante de 373,86 milhões de euros, 7,9 milhões de euros respeitam à *reserva* constituída de acordo com o disposto na Circular de Preparação do OE/2010 (Circular Série A nº 1354 da Direcção-Geral do Orçamento), correspondente a 2,5% do *plafond* atribuído para o Orçamento de Funcionamento do MNE (excluindo a dotação destinada a Contribuições e Quotizações para

Organizações Internacionais) e 11 milhões de € são referentes à orçamentação das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações correspondente a 15% da remuneração íliquida sujeita a desconto dos funcionários abrangidos pelo regime de protecção social da função pública, novo encargo determinado pela já referida circular da Direcção-Geral do Orçamento.

Relativamente às variações registadas face à execução de 2009, é de assinalar:

- Secretaria Geral (- 3,57 milhões €) – o decréscimo registado face a 2009 resulta do facto de, nesse ano, o orçamento da Secretaria-Geral ter suportado os encargos com o pessoal e missões de organismos do MNE que passaram, em 2010, a ter orçamentos autónomos (Direcção-Geral de Política Externa, Inspeção-Geral Diplomática e Consular, Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos e Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas). Nesse sentido, se excluirmos as verbas afectas a esses organismos executadas em 2009, verifica-se que o orçamento da Secretaria-Geral para 2010 regista, efectivamente, um aumento face ao ano anterior, em resultado das seguintes situações: i) orçamentação dos encargos com as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações relativamente aos funcionários abrangidos pelo regime de protecção social da função pública (+3,8 milhões €); ii) a constituição de uma reserva de 2,5% (+ 4,1 milhões €); iii) orçamentação dos encargos com o seguro de saúde do pessoal enviado para os serviços externos (1,3 milhões €); iv) recrutamento para novos postos de trabalho para os serviços internos e externos do MNE, excluindo ICA, IPAD (1,2 milhões €); v) encargos com abonos de representação e residência (+ 1,1 milhões €); vi) encargos com comunicações, nomeadamente comunicações via satélite (+ 0,5 milhões €); vii) orçamentação dos encargos no âmbito do Programa de Estágios para Jovens Licenciados (+ 0,2 milhões €).
- Embaixadas, Consulados e Missões (+ 2,84 milhões €) – o aumento face a 2009 resulta do acréscimo de encargos previsto com os actuais arrendamentos (+1,1 milhões €) e com a orçamentação dos encargos com o arrendamento e orçamento de funcionamento decorrente da abertura de novas embaixadas e consulados, previsto para 2010 (+ 1,5 milhões €).
- Visitas de Estado e Equiparadas (+ 1,0 milhão €) – reposição do nível orçamentado em 2009.

- IPAD (+ 3,69 milhões €) - constituição de uma reserva de 2,5% (1 milhão €); a orçamentação dos encargos com as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações relativamente aos funcionários abrangidos pelo regime de protecção social da função pública (+0,2 milhões €); aumento dos encargos com aquisição de bens e serviços (+1,1 milhões €), designadamente deslocações, locação de edifícios, formação e outros serviços; aumento de encargos com o financiamento de projectos de cooperação para o desenvolvimento (+1,7 milhões €);
- Instituto Camões (+ 32,25 milhões €) – o aumento registado face a 2009 resulta essencialmente dos encargos decorrentes das atribuições do Instituto Camões no âmbito da rede de ensino português no estrangeiro;
- Acções Diplomáticas Extraordinárias (+ 2,24 milhões €) – aumento decorrente da orçamentação de verbas destinadas à campanha portuguesa para a candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (1,5 milhões €) e ao financiamento das comemorações entre Portugal e os países Asiáticos (0,7 milhões €).

De salientar ainda a autonomização, em 2010, dos orçamentos da Direcção-Geral de Política Externa, Inspeção-Geral Diplomática e Consular e da Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, que englobam os encargos com o pessoal e com missões de serviço público desses organismos. Foram ainda criadas, em 2010, divisões próprias para o orçamento da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, que congregam todas as despesas relativas a essas Direcções-Gerais.

Como principais vertentes de intervenção, salientam-se:

Na área da cooperação e da difusão da língua e cultura portuguesas

- O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (42,3 milhões de euros):
 - 28 milhões de euros para financiamento de encargos decorrentes do envolvimento nos projectos de cooperação para o desenvolvimento, designadamente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé

e Príncipe e Timor-Leste, incluindo ainda contribuições para países terceiros e organizações internacionais ;

- 7,6 milhões de euros para financiamento de actividades de suporte e de encargos com o funcionamento do IPAD;
- 4,3 milhões de euros para despesas relativas aos agentes da cooperação.

- O Instituto Camões (45,2 milhões de euros):

Principais actividades no âmbito da Língua e Cultura Portuguesas

- Expandir a aprendizagem da Língua e Cultura Portuguesas, através da articulação da rede do ensino superior e da rede da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário e, conseqüentemente, potenciar e aumentar o número de instituições estrangeiras que promovam a Língua e Cultura Portuguesas em parceria com o Instituto Camões;
- Impulsionar a formação e aprendizagem à distância através do Centro Virtual Camões;
- Projectar a Língua Portuguesa através da Formação de Professores e Quadros Superiores, presencial e a distância, e da Investigação;
- Contribuir para a consolidação e uso do português como língua de conferência nas múltiplas organizações internacionais;
- Contribuir para o reconhecimento internacional da Língua Portuguesa como *Língua de Trabalho* – áreas da diplomacia, comércio, banca, Internet – de *ciência e de multiculturalidade*, fornecendo instrumentos para a operacionalização da língua portuguesa como factor da diplomacia económica;
- Promover os projectos em parceria com instituições do ensino superior no âmbito da investigação da Língua e Cultura portuguesas;
- Promover a edição da *Revista Camões*,
- Formular, coordenar e gerir as acções de promoção e divulgação da cultura portuguesa e de cooperação no domínio cultural;
- Apoiar a internacionalização de artistas e projectos representativos da arte e cultura portuguesas;
- Apoiar a edição de autores de língua portuguesa no estrangeiro;
- Promover no exterior uma imagem de qualidade da cultura portuguesa;

- Desenvolver, com organismos internacionais e instituições portuguesas e estrangeiras, acções de interesse mútuo;
- Desenvolvimento de bibliotecas para apetrechamento da rede de Centros Culturais e de Língua do Instituto Camões e instituições terceiras que as solicitem;
- Promoção, nas instalações do Instituto Camões, de actividades literárias, de investigação e de formação, bem como acções de lançamento de livros e revistas.

Em matéria de vinculação internacional

- Prosseguir a negociação de acordos culturais com diversos países europeus, africanos, sul-americanos, asiáticos, do Médio Oriente e do Magrebe;
- Execução dos Acordos já existentes, quer através da realização e apoio de actividades previstas nos respectivos Programas de Cooperação, quer através da realização de Comissões Mistas, para a negociação e assinatura de novos Programas de Cooperação.

Na área dos Assuntos Europeus

As verbas que suportam a estrutura, em Portugal, de coordenação da participação portuguesa nas políticas comunitárias (5,9 milhões €) e as destinadas ao financiamento do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (1 milhão €).

Na área das Comunidades Portuguesas

São de realçar as iniciativas que visam a valorização dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, em particular os programas que se destinam a:

- reforçar a ligação das Comunidades aos países de acolhimento e a Portugal e incentivar a participação cívica e política dos portugueses na vida pública portuguesa e das comunidades locais;
- promover a língua e cultura portuguesas, mobilizando para a inserção da língua e cultura portuguesas nos programas curriculares dos países de acolhimento;

- alargar a rede regional de apoio às comunidades portuguesas, em articulação com as autarquias locais;
- desenvolver mecanismos de apoio cultural e social;
- apoiar o movimento associativo;
- modernização e consolidação da reestruturação da rede consular, através de medidas de informatização dos serviços, de alteração do processo de emissão dos vistos e dos Bilhetes de Identidade, de aproximação das estruturas consulares às Comunidades, de racionalização dos recursos físicos e humanos e da desburocratização de procedimentos administrativos e do recurso intensivo às tecnologias de informação;
- proceder à actualização dos planos de emergência dirigidos a países ou regiões em situação de potencial risco;
- garantir uma intervenção imediata, operacional e eficaz em situações de crise ou de emergência, através do “Gabinete de Emergência Consular”;
- mobilizar a actividade empresarial desenvolvida no seio das comunidades portuguesas numa perspectiva estratégica de parcerias com o sistema empresarial português;
- assegurar as condições de operacionalidade e representatividade para o Conselho das Comunidades Portuguesas;
- participar no Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social, com a criação de um “Programa” específico para divulgação e sensibilização sobre esta temática, junto das comunidades portuguesas, através de um protocolo com o Instituto da Segurança Social, I.P..

Sob a perspectiva da natureza das despesas, a respectiva situação encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Unid.: 10⁶ Euro

	Execução 2009 (1)	Peso na Estrutura (%)	Orçamento 2010 (2)	Peso na Estrutura (%)	Δ % (3)=(2)/(1)
Encargos com pessoal	178,31	52,7	183,47	49,1	2,9
RCP	109,80	32,5	107,58	28,8	-2,0
Outras	68,51	20,3	75,89	20,3	10,8
Aquisição de Bens e Serviços	40,92	12,1	44,96	12,0	9,9
Outras Despesas	119,08	35,2	145,42	38,9	22,1
Transferências correntes	96,48	28,5	114,32	30,6	18,5
Subsídios	0,07	0,0	0,08	0,0	17,6
Despesas correntes	20,27	6,0	28,71	7,7	41,6
Aquisição de bens de capital	0,62	0,2	1,93	0,5	213,0
Transferências de capital	1,06	0,3		0,0	-100,0
Despesas de capital	0,58	0,2		0,0	-100,0
Outras	0,00	0,0	0,38	0,1	134.935,5
Total Orçamento Funcionamento	338,31		373,86		10,5

(inclui despesas com compensação em receita)

Quanto às principais variações registadas:

- Encargos com pessoal (+ 5,2 milhões €) – o aumento verificado deve-se fundamentalmente aos encargos com as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (11 milhões €);
- Aquisição de bens e serviços (+ 4 milhões €) – o aumento reflecte essencialmente o acréscimo de encargos com rendas de Chancelarias e Residências, com comunicações dos serviços internos e com despesas de funcionamento do IPAD;
- Transferências Correntes (+ 17,8 milhões €) – a variação reflecte essencialmente os encargos com os docentes do ensino português no estrangeiro;
- Despesas Correntes (+ 8,4 milhões €) – corresponde fundamentalmente ao aumento da dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais, à constituição de uma reserva de 2,5% sobre o montante da dotação do orçamento de funcionamento e às verbas orçamentadas destinadas ao financiamento da campanha para a candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e dos eventos no âmbito das comemorações entre Portugal e os países Asiáticos;
- Aquisição de Bens de Capital (+ 1,3 milhões €) – o acréscimo registado reflecte essencialmente a inclusão no orçamento do IPAD de verbas destinadas: i) ao financiamento do início da ampliação do Bairro da Cooperação na Guiné-Bissau

(verbas que foram previstas no orçamento de funcionamento dada a insuficiência de verbas no orçamento PIDDAC); ii) à comparticipação de 50% dos custos associados ao Sistema Integrado de Atendimento do IPAD (Balcão Único do IPAD), no âmbito do projecto FAMA (Sistemas de Apoio para a Modernização Administração).

III. 2. PIDDAC

A desagregação do PIDDAC por serviço executor é a seguinte:

Unid: 10³ Euro

Serviço Executor	Execução 2009			Orçamento 2010					
	Financiamento Nacional			Financiamento Nacional				Financ. Comun.	Total
	Receitas Gerais FF111 / FF112	Outras Fontes FF123 / FF131	Total	Receitas Gerais FF111 / FF112	FF123	FF131	Total		
Secretaria-Geral	7.530	156	7.685	9.410	281	600	10.291	538	10.829
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus	0	0	0	77	0	0	77	0	77
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas	0	82	82	0	0	2.802	2.802	0	2.802
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	738	0	738	450	0	0	450	0	450
Instituto Camões	127	0	127	264	0	0	264	0	264
TOTAL GERAL DO MNE	8.394	238	8.632	10.200	281	3.402	13.883	538	14.421

Face à execução de 2009, o orçamento do PIDDAC para 2010, em receitas gerais, apresenta um acréscimo de 1,8 milhões de euros, que reflecte o esforço das acções de modernização dos sistemas de informação do Ministério, incluindo a inscrição de um novo projecto com financiamento comunitário.

A dotação global do PIDDAC do MNE para 2010 inclui ainda outras fontes financiamento que totalizam 4,2 milhões de euros, das quais 3,4 milhões de euros dizem respeito ao financiamento, através do FRI, de investimentos relacionados com acções de modernização dos serviços externos (rede consular).

Ao nível dos serviços executores, as dotações atribuídas reflectem as prioridades de financiamento estabelecidas para 2010:

Secretaria-Geral

Os investimentos previstos consideram-se repartidos em três grandes agrupamentos:

- Investimentos em sistemas e tecnologias de informação e comunicação – o aumento da dotação atribuída em 2010 face a 2009 (correspondência com os projectos enquadrados no anterior P001 - Sociedade de Informação e Governo Electrónico) resulta essencialmente da inscrição de um novo projecto “Segurança da Rede MNE” com financiamento comunitário aprovado e do reforço das acções de modernização dos sistemas de informação da SG, envolvendo o desenvolvimento de sistemas aplicativos estruturantes que assegurem uma resposta efectiva às exigências crescentes de prestação de informação integrada e de qualidade nas diferentes áreas de intervenção do MNE;

Os investimentos em sistemas e tecnologias de informação e comunicação incluem ainda:

- A continuação da implementação de acções conducentes à simplificação administrativa e desmaterialização de processos e procedimentos com recurso às tecnologias de informação e comunicação, assegurando a troca segura de informação através da implementação de mecanismos de credenciação digital;
 - O desenvolvimento e gestão da rede única de dados e voz do MNE;
 - A continuação da implementação de uma solução aplicacional de gestão documental e processual, integrada e única para todos os serviços do Ministério.
- Investimentos no âmbito da acção externa do Estado (rede diplomática e consular):
 - Aquisição dos edifícios da Chancelaria da Embaixada em Washington, do Consulado-Geral em Paris, da Chancelaria do Consulado em Providence, envolvendo encargos fixos no âmbito de contratos de locação financeira e empréstimo bancário;
 - Com a conclusão do projecto “Aquisição do edifício da REPER” com um peso significativo em 2009 (cerca de 42%) no conjunto dos projectos enquadrados no anterior Programa P004 - Acção Externa do Estado, foram aprovados novos investimentos envolvendo a construção do Consulado Geral em Benguela e a construção da Embaixada em Berlim;

- Realização do projecto de arquitectura e especialidades da Chancelaria e Centro Cultural da Embaixada de Portugal em Díli.
- Investimentos internos no âmbito da remodelação e conservação das instalações:
 - Reforço dos investimentos no projecto “Remodelação e apetrechamento das instalações”, destinados a trabalhos diversos de reparação, recuperação, conservação e remodelação das instalações do MNE a cargo da SG.
 - Continuação das intervenções de reabilitação do edifício do Convento do Sacramento previstas no protocolo de cooperação assinado entre o MNE e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR).

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Financiamento dos projectos propostos pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), cuja programação inclui dois projectos novos - “A Digitalizar o Arquivo da Integração Europeia” e “Controlo e Gestão da Biblioteca Especializada em Assuntos Europeus de Referência em Portugal” e dois projectos já apresentados em 2009 - “E-Europa em Português” e “Cidadania e Dimensão Europeia na Educação”.

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

Reforço dos investimentos já em curso e das novas medidas de modernização dos serviços externos. A programação proposta prevê a continuação do projecto “Consulado Virtual”, a prorrogação do projecto “Webização dos Sistema de Gestão Consular (SGC)” e a inscrição de um novo projecto – “Modernização da Rede Consular nas áreas do Registo e Identificação Civil”. Dado o âmbito dos investimentos em apreço, o financiamento destes projectos terá origem no orçamento do FRI, através de transferência para o orçamento PIDDAC da DGACCP.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Investimentos no âmbito da cooperação para o desenvolvimento através:

- Da implementação das acções de recuperação, manutenção do património mobiliário do IPAD, nos PALOP e Timor – Leste e substituição do equipamento administrativo dos serviços da cooperação existentes junto das Embaixadas desses países;
- Da comparticipação na construção de um Centro de Hemodiálise em Cabo-Verde.

Instituto Camões

Os investimentos previstos destinam-se a suportar os encargos com a aquisição de equipamento informático e administrativo para apetrechamento dos Centros Culturais e de Língua no estrangeiro e prossecução de acções de formação com recurso ao ensino à distância.

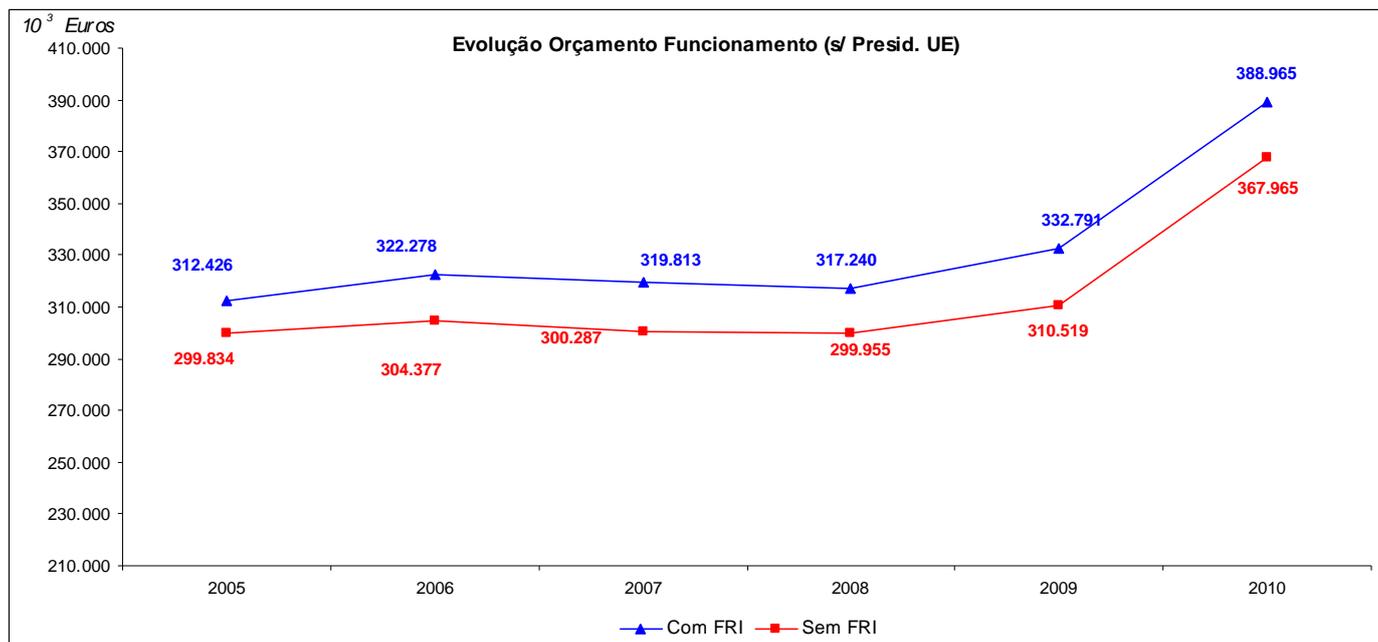
IV. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

IV.1. FUNCIONAMENTO

No período 2005-2010 a evolução das despesas de funcionamento do MNE (não incluindo despesas com compensação em receita) foi como segue:

	Unid.: 10 ⁹ Euros					
	Execução 2005	Execução 2006	Execução 2007	Execução 2008	Execução 2009	Orçamento 2010
Capítulo 01	3.932	4.526	4.275	4.446	4.859	4.782
Gabinetes	3.932	4.526	4.275	4.446	4.859	4.782
Capítulo 02	192.147	192.368	187.775	193.188	199.734	217.913
Secretaria Geral	159.507	157.858	152.456	156.046	165.594	162.023
Secretaria Geral - Sistema Mobilidade Interna					115	130
DG Política Externa						3.411
Inspeção-Geral Diplomática e Consular						631
DG Assuntos Europeus						6.078
DG Assuntos Técnicos e Económicos						1.412
DG Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas						6.345
Embaixadas, Consulados e Missões	26.177	30.361	29.023	29.397	29.847	32.684
Visitas de Estado e Equiparadas	6.463	4.149	6.295	7.744	4.178	5.200
Capítulo 03	103.755	107.482	108.238	102.321	105.926	145.269
IPAD	34.355	40.882	39.472	36.254	38.577	42.270
ICA	12.237	13.550	13.264	12.685	12.896	45.148
CNUNESCO	428	525	502	190	496	551
Contribuições e Quotizações	53.393	52.135	55.000	53.155	53.664	55.000
Acções Diplomáticas Extraordinárias	3.342	390		38	15	2.250
Cimeiras e Reuniões Ministeriais	0				278	50
Sub-Total (s/ Presidência Portuguesa UE)	299.834	304.377	300.287	299.955	310.519	367.965
Presidência Portuguesa do Conselho da UE		1.766	62.818	47		
Sub-Total (c/ Presidência Portuguesa UE)	299.834	306.142	363.105	300.002	310.519	367.965
RECEITAS PRÓPRIAS						
FRI	12.592	17.901	19.527	17.285	22.272	21.000
TOTAL MNE (s/ Presidência Portuguesa UE)	312.426	322.278	319.813	317.240	332.791	388.965
TOTAL MNE	312.426	324.043	382.631	317.287	332.791	388.965

(1) No OE/2009 o orçamento da DGAE e do CIEJD passa a integrar o orçamento da Secretaria Geral através das Subdivisões 11 e 12, passando, a partir de 2010, a estar autonomizado, enquanto unidade orgânica no orçamento do MNE, à semelhança do que acontece com a DGPE, DGATE, DGACCP e IGDC. (não inclui despesas com compensação em receita)



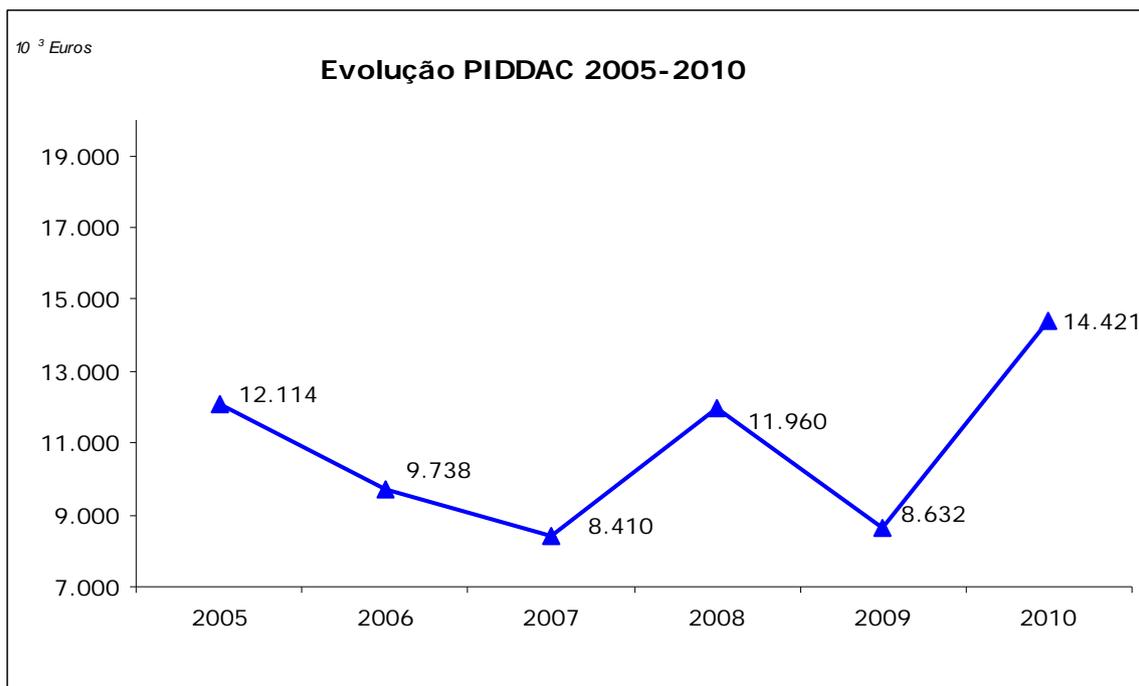
IV.2. PIDDAC

Quanto às verbas de investimento do PIDDAC, foi a seguinte a evolução no período 2005-2010:

Unid.: 10³ Euro

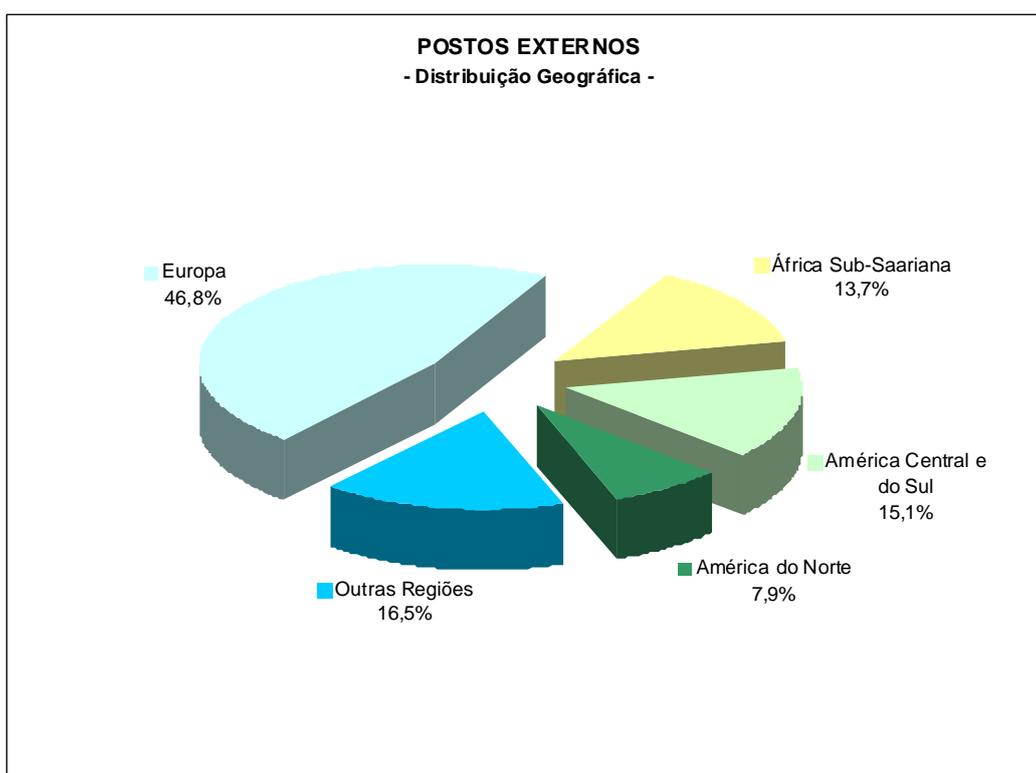
	Execução 2005	Execução 2006	Execução 2007	Execução 2008	Execução 2009	Orçamento 2010
Equipamento Informático	2.953	1.414	1.820	1.012	1.860	5.267
Aquisição de Serviços	1.521	315	353	2.900	708	2.792
Aquisição de Bens	1.959	621	867	927	685	803
Obras	2.620	730	1.559	2.919	1.805	4.021
Aquisição de Imóveis	3.024	2.930	2.946	3.139	3.150	1.526
Formação	37	93	62	97	0	12
Programas de Cooperação*		3.633	802	965	425	0
TOTAL	12.114	9.738	8.410	11.960	8.632	14.421

(*) Ao contrário dos anos anteriores, a proposta de orçamento para 2010 não prevê a inscrição de qualquer dotação correspondente a "Transferências de Capital" (rubrica de classificação económica -08.09.03 - Países Terceiros E Organizações Internacionais)



V. REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, as representações permanentes, os consulados e as missões temporárias. O número actual de serviços externos é de 128 (77 embaixadas, 41 consulados, 9 missões permanentes e temporárias e 1 Escritório de Representação), com a seguinte distribuição geográfica:



Em 2009 há a registar a criação da Embaixada em Singapura e a extinção dos seguintes postos consulares:

- Consulados-Gerais: Frankfurt, Toulouse e Vigo;
- Consulados: Belém do Pará, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Clermont-Ferrand, Nantes e Providence.

Para além dos serviços externos acima referidos, face a 2008 e no âmbito da reestruturação da rede consular, foram criados no decurso de 2009 11 vice-

-consulados (Frankfurt, Osnabruck, Clermont-Ferrand, Nantes, Toulouse, Vigo, Providence, Winnipeg, Belém do Pará, Curitiba, Recife, Porto Alegre, Fortaleza).

Salienta-se ainda, em 2009, a criação dos consulados honorários em Bali e Port-au-Prince, e o encerramento dos consulados honorários em Blantyre, Winnipeg, Gent e Singapura.

VI. RECURSOS HUMANOS

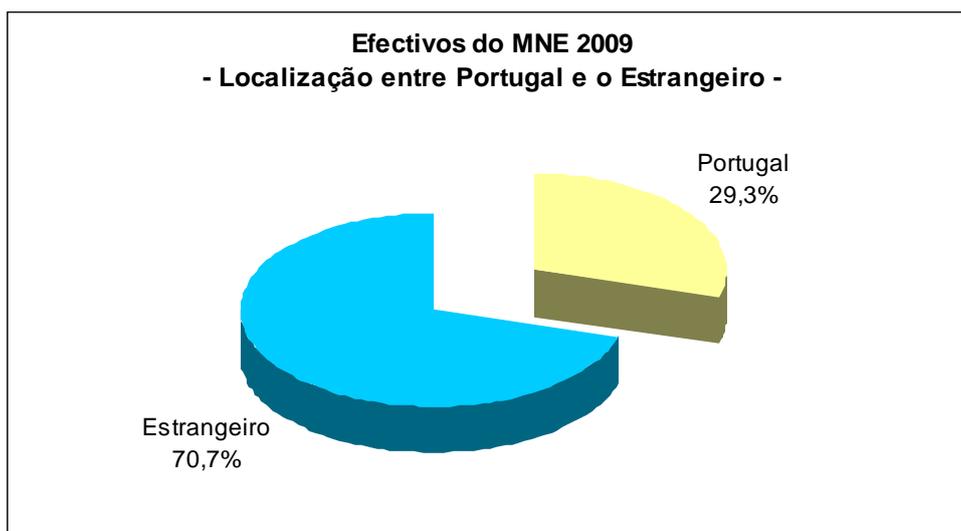
Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2009 perfazem um total de 3.539 efectivos, o que representa um decréscimo de 4,5% em relação a 2008:

	2008	2009	Δ 2008 / 2009
GABINETES	52	45	-7
CNUNESCO	12	12	0
DGAE	129	130	1
IPAD	423	389	-34
ICA	210	214	4
SG	1.143	850	-293
DGPE		86	86
IGDC		15	15
DGATE		37	37
DGACCP		102	102
SERV. EXTERNOS (Pessoal Local)	1.736	1.659	-77
TOTAL	3.705	3.539	-166

Unid: 2008 - Efectivos a 31.07.2008; 2009 - Efectivos a 31.12.2009

Nota: Em 2008, efectivos da SG incluem pessoal da DGACCP, DGPE, IGDC e DGATE

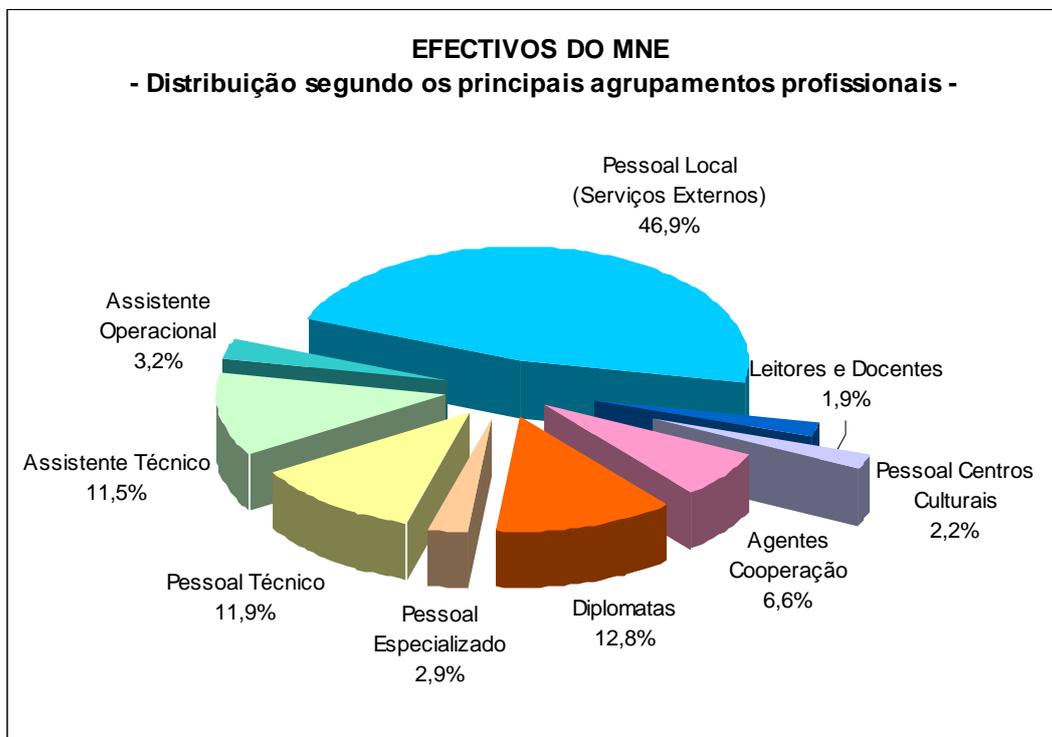
A sua localização entre Portugal e o estrangeiro mostra que 70,7% dos efectivos se encontram sediados no estrangeiro:



A distribuição segundo os principais agrupamentos profissionais é a seguinte:

	2009		
	Portugal	Estrangeiro	Total
Total	1.038	2.501	3.539
Diplomatas	187	265	452
Pessoal Especializado		103	103
Pessoal Técnico	401	19	420
Pessoal Administrativo	337	71	408
Pessoal Auxiliar e Outros	113	2	115
Pessoal Local (Serviços Externos)		1.659	1.659
Leitores e Docentes		69	69
Agentes Cooperação		235	235
Pessoal Centros Culturais		78	78

(dos 235 Agentes da Cooperação, 139 estavam afectos ao Fundo da Língua Portuguesa)



Em 2009 registou-se uma diminuição de 166 efectivos, acentuando-se a tendência de redução dos últimos anos – 579 efectivos desde 2002.

Por grupo profissional a evolução foi a seguinte:

Unid: Efectivos em 31 de Julho do ano a que dizem respeito, 2009:31/Dez

	Diplomatas	Pessoal Especializado	Pessoal Técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal Local Serv. Externos	Leitores nos CC e docentes em Lisboa	Agentes da Cooperação	Pessoal contratado nos Centros Culturais	Total
2002	490	115	459	550	188	1.952	135	138	91	4.118
2003	467	101	425	492	163	1.807	95	271	80	3.901
2004	452	107	429	495	157	1.811	70	278	73	3.872
2005	474	117	426	487	154	1.799	73	259	73	3.862
2006	458	88	460	455	153	1.813	73	262	72	3.834
2007	460	87	450	433	143	1.736	74	278	71	3.732
2008	456	95	452	417	134	1.736	76	268	71	3.705
2009	452	103	420	408	115	1.659	69	235	78	3.539
Variação 2002/2003	-23	-14	-34	-58	-25	-145	-40	133	-11	-217
Variação 2003/2004	-15	6	4	3	-6	4	-25	7	-7	-29
Variação 2004/2005	22	10	-3	-8	-3	-12	3	-19	0	-10
Variação 2005/2006	-16	-29	34	-32	-1	14	0	3	-1	-28
Variação 2006/2007	2	-1	-10	-22	-10	-77	1	16	-1	-102
Variação 2007/2008	-4	8	2	-16	-9	0	2	-10	0	-27
Variação 2008/2009	-4	8	-32	-9	-19	-77	-7	-33	7	-166